

1 Introdução

1.1 O autor e o cidadão em contato com a violência urbana

A violência urbana é um tema recorrente na mídia brasileira, principalmente quando nos referimos às maiores capitais e regiões metropolitanas do país. É comum na vida cotidiana de todos os segmentos de nossa sociedade responder a pesquisas de opinião pública sobre assuntos diversos. Há pesquisas sobre satisfação de clientes, sobre preferências por candidatos políticos e, dentre tantas outras, sobre os problemas que envolvem toda a sociedade, que precisam ser combatidos. É comum encontrarmos o quesito “segurança” como um dos itens mais votados pela população, concorrendo com questões básicas e de direito de qualquer cidadão, como saúde, educação e habitação.

Enquanto escrevia esta dissertação, presenciava, na semana de 21 a 28 de novembro de 2010, os ataques de facções criminosas ligadas ao controle do tráfico de drogas na Cidade do Rio de Janeiro, queimando veículos em todos os bairros da cidade e realizando confrontos diretos com policiais militares, civis, e militares combatentes das forças armadas. Durante o período de reação policial e militar para o restabelecimento da ordem e segurança da população nas ruas e nas chamadas “comunidades” (favelas) do Rio de Janeiro, os noticiários de TV e os jornais, em sua grande maioria, enalteciam a ação da polícia e das forças armadas nas medidas de inibição aos ataques e capturas de criminosos ligados ao tráfico. Estando em fase final de análise dos meus dados, não poderia deixar de incluir esta passagem ocorrida na cidade em que resido, confirmando que a escolha do tema que pesquiso é de profunda relevância.

Na edição de número 2193 de 01 de dezembro de 2010, a *Revista Veja*, apresentou a seguinte matéria: “A guerra começa a ser vencida” (*Revista Veja*, 2010, p.133). As palavras que seguem o referido título, na mesma página, reafirmam a condição de vitória dos órgãos de segurança pública sobre os criminosos: “Ao retomar o controle de uma das trincheiras do tráfico no Rio de Janeiro, o estado dá um passo decisivo para vencer a bandidagem que ganhou poder sob a complacência de populistas”. A matéria é iniciada com a frase que ganhou força em toda a mídia na região metropolitana do Rio e em todo o país,

por meio da máxima “A batalha do bem contra o mal” (*Revista Veja*, 2010, p.135).

Os autores da matéria citada acima, Ronaldo Soares e Roberta de Abreu Lima, escrevem sobre a entrada dos carros blindados da Marinha e a ação armada de outras forças militares, na favela de Vila Cruzeiro, no bairro da Penha. Indicam que a população está aliviada, por não enfrentar mais um cotidiano de terror, subjugada ao controle de traficantes. Responsabilizam o populismo de governantes, que chamaram de irresponsáveis, pelo crescimento do crime organizado na cidade. Os autores também destacam que as guerras de traficantes nas favelas do Vidigal e da Rocinha “mancham a magnífica paisagem carioca, espalhando o terror pela Zona Sul” (*Revista Veja*, 2010, p.135).

Na mesma reportagem, lê-se que a invasão das favelas da Penha aconteceu por consequência dos ataques ocorridos no Rio de Janeiro, cometidos por criminosos que lá estavam. Os autores escrevem sobre diálogos interceptados pela polícia, revelando que os atentados foram premeditados para tentar conter a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)¹. O medo da população em relação aos atos de violência cometidos por bandidos e a dúvida sobre a capacidade do Rio de Janeiro de sediar com segurança os eventos esportivos internacionais previstos para 2014 (Copa do Mundo de Futebol) e 2016 (Jogos Olímpicos) também foram assuntos abordados.

Em contrapartida, reflexões sobre causas sócio-históricas que remetem à criminalidade são normalmente encontradas em revistas ou edições constituídas por artigos escritos por pensadores engajados politicamente em questões que envolvem problemas relacionados às classes populares, ou pensadores ligados às ciências sociais, voltados para análises estruturais da sociedade. Tais publicações não costumam estar entre as edições mais vendidas e de maior circulação nos grandes centros urbanos.² Portanto, uma discussão sobre questões sociais que

¹ Unidade de Polícia Pacificadora, conhecida também pela sigla UPP, é um projeto da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro que pretende instituir polícias comunitárias em favelas, principalmente na capital do Estado, como forma de desarticular quadrilhas que antes controlavam estes territórios como Estados paralelos nos morros e favelas da cidade. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Unidade_de_Pol%C3%ADcia_Pacificadora> Acesso: 10 jan. 2010.

² Entendo que tais engajamentos políticos possam ocorrer exclusivamente por questões político-partidárias, gerando dúvidas sobre a imparcialidade referente a críticas positivas ou negativas direcionadas a um governo vigente.

ultrapasse a aparência imediata dos fatos noticiados pela imprensa diária para a população em geral, ou por edições de grande circulação nas classes média e alta, não costuma ser compartilhada por todos os segmentos da sociedade. Por essa razão, destaco a seguir o artigo “Guerra aos Pobres”, extraído da edição de número 165 do ano de 2010 da *Revista Caros Amigos*, no qual a autora Tatiana Merlino escreve que “A reação das forças do Estado aos ataques criminosos no Rio de Janeiro significa muito mais do que uma ‘guerra ao tráfico’, como vem sendo vendida à opinião pública.” (*Revista Caros Amigos*, 2010, p.18)

A autora critica a ideia propagada pelos meios de comunicação de massa, de que estaria ocorrendo uma “luta do bem contra o mal”, sendo a referida luta, a resposta militar das forças de segurança da cidade ao crime organizado que atua no tráfico de drogas. Contudo, segundo a jornalista, a manifestação de euforia por parte das autoridades estaduais, federais e grande parte da população e da mídia, pela retomada das favelas que eram dominadas por facções criminosas, tem sua razão de ser.

Tanto a autora quanto cientistas políticos por ela citados reconhecem, de forma consensual, a importância de se reprimir o tráfico que existe nos morros. Porém, consideram impróprios os termos utilizados pela mídia para relatar os atentados e o combate aos referidos atentados: o primeiro, o terrorismo (atuação de grupo político ideológico, visando à tomada de poder, o que não consta ocorrer com o crime organizado no Rio) e o segundo, a guerra (situação que possui um começo e tende a um fim, diferentemente da criminalidade). Por exemplo, no jornal *O Globo*, edição de 26 de novembro de 2010, a manchete principal do caderno especial sobre os referidos atentados foi “O Dia D da guerra ao tráfico”.³

Entre análises de deputados e juízes, selecionadas para fundamentar o seu artigo, Merlino destaca a questão da operação que financia a entrada de armas na cidade, pela Baía de Guanabara, relacionando o fato a grandes traficantes, que realmente devem ser combatidos. A concepção de enfrentamento ao crime organizado foi indevidamente direcionada às ações nas favelas (ainda que a jornalista já tenha escrito que esta era, entre outras, uma das ações necessárias), que já estiveram dominadas não só por traficantes, mas por milícias formadas muitas vezes por policiais ou bombeiros em atividade ou não.

³ Uma alusão ao chamado “Dia D” que representou o desembarque das tropas dos Aliados na Normandia, contra a Alemanha nazista durante a Segunda Guerra Mundial.

Com o intuito de ampliar a discussão sobre a possível relação entre violência e classes sociais, destaco o artigo “Um Debate Disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização”. Nesse estudo a antropóloga Alba Zaluar (1999) discute diferentes abordagens desenvolvidas por cientistas sociais, intelectuais e pesquisadores, a respeito da criminalidade e da violência. A autora escreve sobre modelos dicotômicos que figuraram, a partir dos anos 80, no campo de debates sobre a temática em questão.

Segundo Zaluar, por um lado, ao se militar pelos direitos humanos, mantém-se em parte “o modelo marxista dicotômico de sociedade, que opunha a classe oprimida ao Estado, ou o conflito entre duas classes sociais antagônicas, mas militavam em defesa da cidadania no modelo de nação” (ZALUAR, 1999, p.3). Por outro lado, a autora descreve a situação paradoxal no contexto urbano, em que os chamados “pobres” apareceriam ao mesmo tempo como os responsáveis por cometerem crimes violentos e, ao mesmo tempo, como vítimas desses mesmos crimes.

No entanto, outros estudiosos que buscaram outros entendimentos que não o da contradição entre classe dominante e dominada convergem para a defesa de liberdades individuais e civis, constituindo a concepção de uma sociedade plural. A luta contra as desigualdades passa a envolver relações de gênero, idade, estilos e padrões culturais. Dessa forma, os modelos de sociedade se tornam mais complexos. Entre outras observações, a autora destaca versões contemporâneas do liberalismo, devido ao fracasso do socialismo. A construção do processo que chamou de democratização da sociabilidade conduziu alguns autores a diagnosticarem o caráter da sociedade brasileira como violenta.

Relacionei o texto de Zaluar às reportagens acima selecionadas, para tentar suscitar no leitor a ideia de que uma discussão mais aprofundada sobre uma manifestação de violência (e não apenas uma simples informação sobre suas causas imediatas e aparentes) precisa ser constantemente realizada. Eu me refiro não apenas à reflexão por parte de intelectuais e cientistas sociais, que podem divergir em diversas questões, por mais que busquem coerência e definição em seus estudos. Penso que principalmente o cidadão que, muitas vezes influenciado pela massificação de imagens e elocuições, transmitidas pelos meios de comunicação, e por textos publicados em artigos de revistas e jornais, não dedica

um tempo especial para refletir sobre a estrutura social contraditória da qual faz parte.

Por conseguinte, considero relevante a minha experiência profissional, entre os anos de 2002 e 2003. Nesse período, trabalhei como pedagogo com crianças e jovens expostos a condições de risco social, ou seja, prostituição, trabalho infantil e envolvimento com o uso e com o tráfico de drogas na Cidade do Rio de Janeiro. Durante as visitas técnicas realizadas com outros profissionais (psicólogos e assistentes sociais) às residências e aos centros de atividades extraescolares dos jovens, percebi a dura realidade que as famílias moradoras de comunidades carentes são obrigadas a vivenciar.

Ouvi histórias de jovens que eram criados por mães que trabalhavam fora de casa, fazendo com que, muitas vezes, os filhos mais velhos tivessem que cuidar dos irmãos menores (que também poderiam ser cuidados por avós, tias e pessoas vizinhas). Muitos pais e padrastos invariavelmente desapareciam do convívio das famílias, na maioria dos casos, por estarem fugindo da polícia, por terem sido presos ou por estarem participando de atividades relacionadas ao tráfico de drogas. Contudo, nos lares visitados, eu percebia as vidas diferenciadas que os integrantes de cada família possuíam. Havia religiosos fervorosos, trabalhadores braçais, jovens que estudavam com afinco (apesar das dificuldades encontradas) e jovens ligados ao uso e/ou ao tráfico de drogas, todos convivendo à base de regras comuns sob o mesmo teto.

A formação do pensamento e a forma de viver dos membros dessas comunidades despertaram meu interesse. A minha curiosidade sobre a maneira com que condutas de vida tão diferenciadas se associavam a regras de convivência (que alternavam entre coerência e tolerância) influenciaram a minha escolha em analisar o discurso de grupos considerados à margem dos padrões socioeconômicos hegemônicos das classes mais favorecidas das grandes cidades.

Em março de 2009, ao iniciar o curso de mestrado na PUC-Rio, candidatei-me para participar do projeto “A Construção da Violência no Discurso Prisional”, tendo como proponentes a Prof^a Dr^a Dra. Liliana Cabral Bastos e a doutoranda Liana de Andrade Biar, pois a temática se relacionava intimamente com o universo que desejava pesquisar. A proposta do projeto se insere na linha de pesquisa “Discurso, cultura e interação em contextos espontâneos, profissionais e pedagógicos”, do programa de pós-graduação em Letras da

referida instituição. O trabalho é desenvolvido junto ao Grupo de Pesquisa “Narrativa, Identidade e Trabalho” (G-NIT), sob a coordenação da também proponente do projeto, Professora Liliana.

As constantes críticas feitas pela sociedade brasileira em relação à ineficiência dos órgãos de segurança pública haviam contribuído para que eu viesse a pensar sobre os indivíduos relacionados diretamente com o crime organizado; pessoas que tanto amedrontam e desestabilizam a vida do cidadão brasileiro e, em especial neste trabalho, a vida do cidadão carioca.

No artigo “As facções cariocas em perspectiva comparativa”, Benjamim Lessing (2008) escreve sobre o fato de internos das cadeias cariocas atuarem como membros de facções criminosas que controlam a venda de drogas na região metropolitana. Lessing sugere que o que diferencia a organização do monopólio local sobre o mercado de drogas no Rio de Janeiro, em relação a outros grandes centros brasileiros, é a “resiliência de sua estrutura interna”. O termo “resiliência” é devidamente empregado no texto com o sentido de resistência ao choque, pois o autor descreve com detalhes a organização da estrutura hierárquica de divisão de funções e salários aos membros das facções, funcionando como se fossem grandes empresas.

Este fato aguçou minha curiosidade sobre o que faria com que pequenos grupos de criminosos não apenas roubassem para benefício próprio, seguindo individualmente suas vidas, desfrutando dos bens adquiridos ilicitamente. Esses pequenos grupos se mantinham subordinados a organizações criminosas (chamadas de facções) que resistiam a fazer parte da estrutura social e econômica do Estado, da qual não participavam do controle e organização. Por conseguirem sobreviver, muitas vezes por realizarem acordos ilícitos com membros corruptos de instituições governamentais, tais estruturas criminosas são conhecidas por exercerem um “poder paralelo”.

Segundo Lessing, em outras cidades pesquisadas, como Recife, São Paulo e Porto Alegre (entre maio e junho de 2005), o autor também percebe a tendência de organização, expansão e consolidação do tráfico em territórios próprios. Contudo, no Rio de Janeiro, o comércio de drogas foi dominado desde o início por grupos que atuavam dentro do sistema penitenciário do Estado, dificultando a sua neutralização e conseqüente fragmentação.

Considerando a quantidade de reportagens e pesquisas sobre o assunto em questão, observamos: a grande existência de análises realizadas por cientistas sociais; a constante busca pela opinião do cidadão comum que, por razões já descritas neste mesmo capítulo, vive aterrorizado devido aos altos níveis de violência nos centros urbanos e a massificação de informações e notícias de caráter imediatista divulgada pela mídia. Entretanto, é bastante rara a oportunidade de ouvirmos a fala de um apenado, que pode ter participado, mesmo que por trás das grades, de vários atentados contra a sociedade civil, apresentando sua versão sobre os fatos por ele vivenciados e sobre a sua história de vida. Por essa razão, examinando a fala dos apenados, busco saber:

- 1) É possível encontrar elementos que caracterizem um discurso de resistência?
 - Não? Por quê?
 - Sim? De que maneira?
- 2) É possível que os internos construam uma identidade coletiva de resistência que apresentem características específicas relacionadas ao sistema prisional?
 - Não? Por quê?
 - Sim? De que maneira?

Portanto, reafirmo que por intermédio deste estudo pretendo contribuir para ampliar a discussão e aprofundar o conhecimento em torno da questão da criminalidade e da violência nos grandes centros urbanos. Ao ouvirmos o indivíduo apenado, temos a oportunidade de analisar, por um ângulo diferenciado, a forma com que a punição (reclusão), da maneira que é realizada no sistema penitenciário do país, pode contribuir positiva ou negativamente para inibição das tentativas de ações criminosas e para a reabilitação e integração social do condenado e internado.

1.2 A organização do trabalho

Pelas considerações apresentadas no item anterior, percebi a relevância em associar estudos da linguagem em perspectiva sociointeracional a questões relacionadas à violência e à criminalidade no contexto prisional. Portanto, neste trabalho analiso o discurso do indivíduo apenado, recolhido em regime fechado

em um presídio, com o objetivo de examinar como são construídas as atividades de resistência ao sistema que o excluiu temporariamente do convívio social.

Em linhas gerais, apresento abaixo a descrição dos capítulos que, para melhor desenvolvimento da minha pesquisa e comunicação com o leitor, foram organizados da seguinte forma:

No **capítulo 1** (Introdução), apresento a estrutura geral do trabalho a ser desenvolvido, buscando contextualizar a temática sobre a violência e a criminalidade nos grandes centros urbanos, destacando o presídio em que realizei minha pesquisa, localizado na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro. Utilizei reportagens e artigos extraídos de jornais, revistas e edições científicas que retratassem diferentes olhares e posicionamentos sobre o assunto em questão. Em seguida, o leitor pode encontrar os destaques dos capítulos desenvolvidos nesta dissertação, selecionados e dispostos de forma a concorrerem para a elucidação das minhas perguntas de pesquisa.

No **capítulo 2** eu me dedico às teorias e pesquisas de autores em que me baseei para a sustentação da análise dos dados gerados para este trabalho. Primeiramente, reviso as obras de dois pensadores que escreveram sobre presídios: Foucault (1986), que analisou os aspectos sócio-históricos que contribuíram para que as sociedades modernas atribuíssem às prisões o papel de punir os criminosos e Goffman (2007) que tratou com o mundo do indivíduo internado, em especial as prisões, por meio de uma visão sociológica.

Em seguida, destaco o trabalho de autores como Bauman (2003), Snow (2001) e Castells (1999) que escreveram sobre a formação e/ou condições para a construção de identidades coletivas. No caso específico da minha pesquisa, os indícios de práticas de resistência, ou mesmo de construção de uma identidade de resistência, por parte dos apenados, levaram-me à leitura das obras de Patrícia Ewick e Susan Silbey (2003) e de Pierre Bourdieu (1998).

Os dados foram gerados por meio de entrevistas gravadas. Para analisá-las, emprego pressupostos da Sociolinguística Interacional, como em Goffman, que considera que a fala é socialmente organizada e enfatiza a existência de um pequeno sistema de ações face a face que mantém os participantes de uma conversa em processo de comunicação (GOFFMAN [1964] 2002, p.19). Ao priorizar as narrativas como os dados a serem analisados, apresento a estrutura de análise da narrativa desenvolvida por Labov (1972) em interface com os estudos

narrativos de histórias de vida apresentados por Linde (1993) e de narrativas de resistência apresentados por Ewick e Silbey (2003).

No **capítulo 3** destaco os procedimentos metodológicos empregados nesta pesquisa. O método de pesquisa utilizado é de natureza qualitativa interpretativa, com trabalho de campo de inspiração etnográfica e análise dos dados fundamentada por princípios da Sociolinguística Interacional, conforme autores estudados no capítulo 2. Disserto, primeiramente, sobre o presídio visitado para geração de dados e, em seguida, sobre os critérios e as condições encontradas para a geração e análise desses mesmos dados. A transcrição dos dados se utiliza de uma adaptação das convenções propostas nos estudos da “Análise da Conversação” (Sacks, Schegloff e Jefferson, 1974). Nesta perspectiva, investigo a prática discursiva, em especial, narrativas de histórias de vida (cf. Linde, 1993), utilizando a estrutura de análise de narrativas desenvolvida por Labov (1972), de internos de um presídio (em especial, do apenado chamado João), captando mais especificamente as informações de natureza socio-interacional, associadas ao contexto sócio-histórico que perpassa o processo de construção da identidade dos apenados.

No **capítulo 4** analiso as narrativas do apenado João, que constituem sua história de vida, conforme os pressupostos teóricos e metodológicos selecionados para a pesquisa. Organizei as narrativas cronologicamente, em relação aos acontecimentos surgidos na trajetória de vida de João, conforme indicações das épocas em que ocorreram, observando com mais clareza a sequencialidade, a coerência e a construção de sua história de vida.

Os três itens deste capítulo indicam, respectivamente, construções do discurso de João em que o apenado sugere, de forma consciente ou não, sua resistência: i) à concepção sobre a natureza criminosa de um indivíduo; ii) à concepção de criminoso por escolha própria e convicção e iii) à organização do sistema prisional.

No **capítulo 5** apresento minhas considerações finais, buscando responder às perguntas de pesquisa que nortearam este trabalho. Tendo analisado o discurso de João, retomo as conclusões principais obtidas que caracterizam seu discurso de resistência, especificamente, o de resistência à identidade de criminoso, socialmente essencializada, por meio dos elementos linguísticos e das construções narrativas elaboradas por João. Re-escrevo também sobre a forma com que João

relaciona alguns de seus comportamentos e/ou atos de revolta e resistência a um universo que ultrapassa sua identidade individual, alinhando-se a outros companheiros do presídio que se desenvolvem no mundo do crime, por caminhos semelhantes aos seus.